CNPJ 26.042.515/0001-48 ADM: 2025 / 2028

MENSAGEM Nº 037/25

Senhor Presidente,

Senhoras Vereadoras,

Senhores Vereadores,

Encaminho à elevada apreciação deste Poder Legislativo o presente Projeto de Lei, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Esporte de Carneirinho e dá outras providências.

A proposição fundamenta-se na necessidade de aprimorar as políticas públicas voltadas ao esporte em nosso município. A criação de um órgão colegiado, de caráter consultivo e vinculado à Secretaria Municipal de Esporte, visa proporcionar maior participação da sociedade civil e do poder público na elaboração, acompanhamento e avaliação das ações e investimentos no setor esportivo.

O Conselho Municipal de Esporte terá papel importante na promoção da transparência, na análise de programas e projetos, na articulação com demais políticas públicas e na sugestão de medidas para ampliar o acesso às atividades físicas e esportivas. A instituição do Conselho também contribui para a valorização do esporte enquanto ferramenta de inclusão social, qualidade de vida, saúde e educação, além de preservar a memória esportiva local.

O projeto define claramente a composição paritária do órgão, o mandato dos membros, suas atribuições e formas de deliberação, consolidando ambiente democrático e participativo. Ressalte-se que a função dos conselheiros não será remunerada, caracterizando-se como serviço público relevante.

Dessa forma, o Município de Carneirinho avança no fortalecimento das ações esportivas, promovendo integração e estimulando o desenvolvimento social, educacional e de lazer por meio do esporte.

Diante da relevância e do alcance da matéria, submeto o presente projeto à apreciação dos nobres Vereadores, confiando em sua aprovação.

Prefeitura Municipal de Carneirinho, 21 de julho de 2025

WILLIAN MARTINS Assinado de forma digital por WILLIAN MARTINS MAIA:5979596461 MAIA:59795964615 Dados: 2025.07.21

Willian Martins Maia Prefeito Municipal

CNPJ 26.042.515/0001-48 ADM: 2025 / 2028

PROJETO DE LEI N°037/25

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Esporte de Carneirinho e dá outras providências.

Willian Martins Maia, Prefeito Municipal de Carneirinho, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em especial nos termos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal, por seus representantes aprovou e ele, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Esporte.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Esporte é órgão colegiado de caráter consultivo, vinculado à Secretaria Municipal de Esporte.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Esporte tem por finalidade auxiliar na organização do esporte, na consolidação de políticas públicas e na melhoria do padrão de organização, gestão, qualidade e transparência do esporte municipal.

Art. 4º - O Conselho Municipal de Esporte tem a seguinte estrutura:

I – Plenário:

II - Mesa Diretora;

III - Secretaria Executiva.

Art. 5° - Ao Conselho Municipal de Esporte compete:

- I Cooperar com o Conselho Estadual de Desporto e com os órgãos federais e estaduais incumbidos da execução das Políticas de Esporte;
- II Adotar medidas e apoiar iniciativas em favor do incremento da prática do esporte e de atividades físicas e de lazer, objetivando a saúde e o bem-estar do cidadão, observando o cumprimento dos princípios e normas legais;
- III Fornecer, quando solicitados, auxílio e informações ao Poder Público e à comunidade, quanto a programas e projetos que visem a melhoria da pratica de atividades físicas e do esporte no Município;
- IV Opinar, quando consultado, sobre a concessão de auxílios e recursos financeiros às entidades e associações esportivas sediadas no Município;
- V Zelar pela memória do esporte;
- VI Contribuir para a formulação da política de integração entre o esporte, a saúde, a educação, a defesa social e o turismo visando potencializar benefícios sociais gerados pela pratica de atividade física e esportiva;
- VII Acompanhar, a partir de análises orçamentárias, entre outras que se façam necessárias, a gestão de recursos públicos voltados para a prática de atividades físicas e de esporte, bem como avaliar os ganhos sociais obtidos;



CNPJ 26.042.515/0001-48 ADM: 2025 / 2028

- VIII Realizar os esforços necessários ao esclarecimento de dúvidas quanto à correta utilização, por parte das entidades beneficiárias, de recursos públicos voltados para a prática de atividades físicas e de esporte; e
- IX Elaborar e aprovar, em reunião plenária, o Regimento Interno do Conselho;
- **Art. 6º** O Regimento Interno do Conselho Municipal de Esporte disporá sobre a competência do Plenário, da Mesa Diretora e da Secretaria Executiva.
- **Art.** 7º O Conselho Municipal de Esporte compõe-se dos seguintes membros:
- I 03 (três) representantes do Governo Municipal;
- II 03 (três) representantes da Sociedade Civil, que executem atividades ligadas a prática de esportes no Município de Carneirinho.
- § 1º Os órgãos e entidades de que se tratam os incisos I e II indicarão seus representantes à Secretaria Municipal de Esporte, para posterior designação do Prefeito Municipal.
- § 2º As funções do membro do Conselho Municipal de Esporte e de membro de suas comissões são consideradas serviço público relevante, não lhes cabendo qualquer remuneração.
- $\S 3^{\circ}$ Cada representante listado neste artigo poderá ser substituído a qualquer tempo mediante nova indicação.
- Art. 8º A Mesa Diretoria do Conselho será eleita por meio de votação secreta.
- Art. 9° O mandato dos membros do Conselho Municipal de Esportes é de 02 (dois) anos, permitida a recondução.
- **Parágrafo único** O membro do Conselho que deixar de comparecer, sem justificativa, a três sessões consecutivas ou à metade das sessões plenárias realizadas no período de um ano, perderá o seu mandato.
- **Art. 10 -** O Conselho Municipal de Esporte reunir-se à mensalmente, e, extraordinariamente, por convocação da Mesa Diretora ou da maioria dos conselheiros.
- **Art. 11 -** As deliberações do Conselho serão tomadas pelo voto da maioria dos conselheiros presentes às sessões, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.
- **Parágrafo único -** As sessões do Conselho serão instaladas com a presença mínima de 03 (três) conselheiros.

CNPJ 26.042.515/0001-48 ADM: 2025 / 2028

Art. 12 - Das sessões do Conselho serão lavradas às atas, assinadas pelos presentes e pelo Secretário Executivo.

Art. 13 - O Conselho Municipal de Esportes pode constituir Comissões integradas por, no mínimo, um de seus membros e por profissionais de notório saber ou representantes de órgãos e entidades diretamente relacionadas com o tema.

Parágrafo único - Cabe à Presidência do Conselho estabelecer a composição das comissões, bem como convidar profissionais ou órgãos e entidades a indicarem seus representantes.

- **Art. 14 -** A Secretaria Executiva será exercida por servidor da Secretaria Municipal responsável pela área de esporte, especialmente designado para tal função.
- **Art. 15 -** No prazo de noventa dias contados da data da publicação deste Decreto, o Conselho aprovará o seu regimento interno.
- **Art. 16 -** Para a consecução de suas finalidades, o Conselho Municipal de Esporte articular-se-á com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais.

Art. 17- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Carneirinho, 21 de julho de 2025

WILLIAN MARTINS Assinado de forma digital por WILLIAN MARTINS MAIA:5979596461 MAIA:59795964615 Dados: 2025.07.21 09:22:04 - 03'00'

Willian Martins Maia Prefeito Municipal

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação - cupara oferecer parecer Sala das Sessões 21/07 25	A Comissão de Finanças e Orçamento para oferecer parecer. Sala das Sessões 21 102 125 Pres. Câmara Ciente: Pres. Comissão
Pres. Campra Clente: Fres. Comissão	À Sanção
A Comissão de Educação Saúde e	Saladas Sessões ema 1 107 125
Assistancia para oferecer parecer.	
Sala das Sessões Q167 125	O Presidente
Day Dul Din	7 4 5

Aprovado em Auos discussão
Por Amominadoch
Sala das Sessões em 2107 /25
O Presidente

A Sanção Saladas Sessões em__/ _ / _ / O Presidente



CNPJ 26.042.572/0001-27

PARECER JURÍDICO Nº 025/2025

REFERÊNCIA: PROJETO DE LEI Nº 037/25

1-RELATÓRIO

Trata-se de parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e formalidade jurídica do Projeto de Lei nº 037/25, de iniciativa do Poder Executivo deste Município de Carneirinho/MG, em tramitação nesta Casa, que dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal de Esporte de Carneirinho-MG e contém outras providências.

2 – FUNDAMENTAÇÃO

Cabe à Assessoria Jurídica, órgão integrante da estrutura administrativa da Câmara Municipal de Carneirinho/MG, dentre outras atribuições, analisar e opinar sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa das proposições.

Isto posto, deve ser emitido parecer sobre o Projeto de Lei nº 037/25 por esta Assessoria Jurídica.

2.1 – DO PARECER JURÍDICO – PRERROGATIVA PREVISTA NO ARTIGO 133 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 – MANIFESTAÇÃO FUNDAMENTADA NO LIVRE EXERCÍCIO PROFISSIONAL

O artigo 133, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que "o Advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei."

No mesmo sentido, a Lei Federal nº 8.906, de 04/07/1994 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil) assevera que o advogado é inviolável por seus atos e manifestações, nos termos do que preconiza o parágrafo 3º de seu artigo 2º:

"Artigo 2° (...)

Reticia



CNPJ 26.042.572/0001-27

Parágrafo 3º - No exercício da profissão, o advogado é inviolável por seus atos e manifestações, nos limites desta Lei."

Seguindo esta linha de raciocínio, vale também citar o inciso I do artigo 7º da Lei Federal nº 8.906/1994, que estabelece ser direito do advogado, dentre outros, "exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional".

Registre-se que o presente parecer, apesar da sua importância para o processo legislativo, não tem efeito vinculante, tampouco caráter decisório. As autoridades a quem couber a sua análise têm plenos poderes para acolhê-lo, no todo ou em parte, ou rejeitá-lo.

A propósito, ensina José dos Santos Carvalho Filho:

"Os pareceres consubstanciam opiniões, pontos de vista de alguns agentes administrativos sobre matéria submetida à sua apreciação (...) refletindo um juízo de valor, uma opinião pessoal do parecerista, o parecer não vincula a autoridade que tem competência decisória, ou seja, aquela a quem cabe praticar o ato que o aprova ou rejeita. Como tais atos têm conteúdos antagônicos, o agente que opina nunca poderá ser o que decide." (Manual de Direito Administrativo, 21ª edição, Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2009; pág. 133).

Outrossim, cumpre ressaltar que este parecer não substitui os pareceres das Comissões Permanentes desta Casa Legislativa, às quais a depender da natureza jurídica do projeto, devese ser submetido para apreciação, sempre ponderando, de novo, a matéria de sua competência.

2.2 – DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CARNEIRINHO/MG PARA LEGISLAR SOBRE A MATÉRIA

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê no art. 30, inciso I:

"Art. 30. Compete aos Municípios:

I – Legislar sobre assuntos de interesse local; (...)"

Seta an



CNPJ 26.042.572/0001-27

Igualmente, a Constituição do Estado de Minas Gerais prescreve no art. 171, inciso I:

"Art. 171. Ao município compete legislar:

I – Sobre assuntos de interesse local (...)".

Portanto, no plano constitucional não há óbice a que o Município de Carneirinho/MG discipline a matéria tratada no Projeto de Lei nº 037/25, haja vista ser matéria de interesse local.

2.3 – DA INICIATIVA DO PODER EXECUTIVO. AVALIAÇÃO SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE

O Projeto de Lei nº 037/25 é de propositura de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, de acordo com o art. 65, inciso II da Lei Orgânica do Município de Carneirinho/MG, conforme se nota da análise do artigo:

"Art. 65. São de iniciativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

I - (...)

III - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública municipal;

(...)"

A iniciativa do projeto é legítima, pois se refere à criação de órgão vinculado à administração direta, no caso, à Secretaria Municipal de Esportes, sendo de competência privativa do Poder Executivo a proposição de tal medida, conforme determina o princípio da reserva de iniciativa.

Como se vislumbra no Projeto de Lei nº 037/25, o mesmo foi subscrito e assinado pelo Prefeito Municipal, acompanhado ainda de mensagem, com a cordial justificativa para o presente caso.

Consequentemente, não se observa vício de iniciativa no Projeto de Lei nº 037/25.

Leticia



CNPJ 26.042.572/0001-27

2.4 – DO MÉRITO DO PROJETO DE LEI nº 037/25. DA CONSTITUCIONALIDADE OBSERVADA

Conforme relatado, o Projeto de Lei nº 037/25, pretende criar o Conselho Municipal de Esporte de Carneirinho-MG.

Em vista disso, o Conselho Municipal de Esporte proposto no projeto é um órgão colegiado, consultivo, de participação social, com o objetivo de apoiar a formulação de políticas públicas esportivas; acompanhar a aplicação de recursos no setor; fomentar a integração entre esporte, saúde, educação, turismo e lazer; fiscalizar a atuação de entidades esportivas beneficiadas com recursos públicos, bem como, propor medidas para o desenvolvimento do esporte local. Tais objetivos estão em consonância com os princípios constitucionais da gestão democrática e da participação popular, além de estarem alinhados com a Política Nacional do Esporte (Lei nº 14.597/2023).

Por conseguinte, o projeto não apresenta vícios de legalidade ou inconstitucionalidade, considerando que este respeita os princípios constitucionais da legalidade, moralidade e eficiência (art. 37 da CF), bem como, demonstra concordância com a Lei Federal nº 14.597/2023 (nova Lei Geral do Esporte).

Nessa esteira, o dito no Projeto de Lei nº 037/25, está em consonância jurídica com o estabelecido pela Constituição Federal e pela Lei Federal nº 14.597/2023 (nova Lei Geral do Esporte), tendo em conta seus termos.

Nesse contexto, conclui-se e opina pela legalidade e a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 037/25, considerando o casamento do ditame Constitucional Pátrio com o referido projeto.

3 - CONCLUSÃO

Ante o exposto, com todo respeito, esta Assessoria Jurídica emite parecer pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 037/25.

Este é, respeitosamente, o parecer, acerca da legalidade, constitucionalidade e formalidade jurídica do Projeto de Lei nº 037/25, desta Assessoria Jurídica.

Leticia

CNPJ 26.042.572/0001-27

Carneirinho/MG, 21 de julho de 2025.

Leticia Maria da Silva

Letícia Maria da Silva – Assessora Jurídica da Câmara Municipal

OAB/SP 443.584



Câmara Municipal de Carneirinho - Carneirinho - MG Sistema de Apoio ao Processo Legislativo



-c appear			
COMPROVANTE DE PROTOCOLO - Autenticação: 02025/07/21000094			
Número / Ano	000094/2025		
Data / Horário	21/07/2025 - 09:51:35		
Assunto	Através deste encaminha os Projetos de Lei n°034/25 ao 037/25. Solicita a devolução do Projeto de Lei 034/25, protocolado no dia 18/07/2025.		
Interessado	Willian Martins Maia - Prefeito Municipal		
Natureza	Administrativo		
Tipo Documento	Oficio		
Número Páginas	1		
Emitido por	patricia		

CNPJ 26.042.572/0001-27

FICHA DE CONTROLE DE TRAMITAÇÃO PROJETO DE Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Esporte de Carneirinho e dá outras providências.

AUTORIA	VOTAÇÃO	
Poder Executivo	Maioria simples	
DATA DE RECEBIMENTO	Analisado pela Assessoria Jurídica em:	
21/07/2025	21/07/2025	

Ordem Do Dia Da(S) Reunião(ões)

9". Reuniao Extraordinaria	
PRAZOS PARA AS COMISSÕES APRESENTAREM OS	PARECERES Art.100 RI.
Entregue à Comissão LJRF em 🔼 😝 / 🔑 Visto do Pres:	.0 /
Maria Aparecida de Oliveira Queiroz	alling
Entregue ao Relator em 2167 25 Visto do Relator:	
Wagner Alves da Silva	you al
Vista nos termos do § 1º do Art. 101 RI ao Ver.	
Entregue à Comissão ESA em 2167/25 Visto do Pres:	GPD-
Liz Queli Patricia Diniz Alves	No.
Entregue ao Relator em <u>2107</u> / 25 Visto do Relator:	8/1
Edna Cristina de Lima	Guice
Vista nos termos do § 1º do Art. 101 RI ao Ver.	0
Entregue à Comissão F.O. em 2/07/25 Visto do Pres:	6//
Edna Cristina de Lima	Equa
Entregue ao Relator em <u>Q107 Q5</u> Visto do Relator:	
Valdinei Nunes de Freitas	(Lynn
Vista nos termos do § 1º do Art. 101 RI ao Ver.	April 1
Entregue à Comissão LJRF em 0107-125 Visto do Pres:	
Maria Aparecida de Oliveira Queiroz	Ollhid
Entregue ao Relator em 2/67/25 Visto do Relator:	
Wagner Alves da Silva	grace
Vista nos termos do § 1º do Art. 101 RI ao Ver.	

Vista nos termos do Art. 216 R.I.		Resultado da votação
Data	Vereador	Unanimidade
		A favor
		Contra
		Rejeitado
		Arquivado
		Com emenda:
		Sem emenda:

CNPJ 26.042.572/0001-27 PARECER PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI N.º: 037/2025

DENOMINAÇÃO: Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Esporte de Carneirinho e dá outras providências.

AUTOR(ES): Poder Executivo

COMISSÃO: Legislação, justiça e redação final.

CONCLUSÃO: O relator da Comissão após apreciação e estudo do Projeto de Lei supracitado, enviado pelo presidente da Comissão, a esta pasta, CONCLUIU: que trata-se de projeto legal e constitucional.

Relator

PARECER DA COMISSÃO

Os membros da Comissão, após a apreciação do parecer do Relator emitem seu voto:

		Favorável	Contrário	Em Separado Com parecer em anexo
Presidente	Maria Aparecida de Oliveira Queiroz	Clima		
Vice-Pres.	Anderson Domingos de Menezes	Adri		
Relator	Wagner Alves da Silva	200		

Câmara Municipal de Carneirinho, 21 de julho de 2025.

APROVADO em <u>fued</u> discussão.

Por <u>unanimidade</u>

Carneirinho-MG, 21 07 /2025.

PRESIDENTE

CNPJ 26.042.572/0001-27 PARECER PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI N.º: 037/2025

DENOMINAÇÃO: Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Esporte de Carneirinho e dá outras providências.

AUTOR(ES): Poder Executivo

COMISSÃO: Educação, Saúde e Assistências

CONCLUSÃO: O relator da Comissão após apreciação e estudo do Projeto de Lei supracitado, enviado pelo presidente da Comissão, a esta pasta, DECIDIU: pela aprovação do projeto como encontra-se redigido.

Relator

PARECER DA COMISSÃO

Os membros da Comissão, após a apreciação do parecer do Relator emitem seu voto:

		Favorável	Contrário	Em Separado Com parecer em anexo
Presidente	Liz Queli P. Diniz Alves	SPA		
Vice-Pres.	Erica de Souza Queiroz	Turing	-	
Relator	Edna Cristina de Lima	Chia		

Câmara Municipal de Carneirinho, 21 de julho de 2025

	ADO em duos discussão	
Por_w	nani midade	_
	inho-MG, 2/07 /2025.	
	PRESIDENTE	

CNPJ 26.042.572/0001-27 PARECER PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI N.º: 037/2025

DENOMINAÇÃO: Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Esporte de Carneirinho e dá outras providências.

AUTOR(ES): Poder Executivo

COMISSÃO: Finanças e Orçamento.

CONCLUSÃO: O relator da Comissão após apreciação e estudo do Projeto de Lei supracitado, enviado pelo presidente da Comissão, a esta pasta, DECIDIU: pela aprovação do projeto como se encontra redigido.

PARECER DA COMISSÃO

Os membros da Comissão, após a apreciação do parecer do Relator emitem seu

voto:

		Favorável	Contrário	Em Separado Com parecer em anexo
Presidente	Edna Cristina de Lima	Zsua		
Vice-Pres.	Liz Queli P. Diniz Alves			
Relator	Valdinei Nunes de Freitas	(July		

Câmara Municipal de Carneirinho, 21 de julho de 2025

APROVADO em discussão.
Por umminudode
Carneirinho-MG, 21/07/2025.
4
PRESIDENTE

CNPJ 26.042.572/0001-27 PARECER PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI N.º: 037/2025

DENOMINAÇÃO: Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Esporte de Carneirinho e dá outras providências.

AUTOR(ES): Poder Executivo

COMISSÃO: Legislação, justiça e redação final.

CONCLUSÃO: O relator da Comissão após apreciação e estudo do Projeto de Lei supracitado, enviado pelo presidente da Comissão, para a **Redação Final**: Deu forma a matéria aprovada segundo a técnica legislativa.

PARECER DA COMISSÃO

Os membros da Comissão, após a apreciação do parecer do Relator emitem seu voto:

		Favorável	Contrário	Em Separado Com parecer em anexo
Presidente	Maria Aparecida de Oliveira Queiroz	way		
Vice-Pres.	Anderson Domingos de Menezes	Admit		
Relator	Wagner Alves da Silva	2-2		

Câmara Municipal de Carneirinho, 21 de julho de 2025.

APROVADO em duos discussão.

Por mans midede

Carneirinho-MG, 2107 /2025.

PRESIDENTE

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 037/25

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Esporte de Carneirinho e dá outras providências.

Willian Martins Maia, Prefeito Municipal de Carneirinho, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em especial nos termos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal, por seus representantes aprovou e ele, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Esporte.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Esporte é órgão colegiado de caráter consultivo, vinculado à Secretaria Municipal de Esporte.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Esporte tem por finalidade auxiliar na organização do esporte, na consolidação de políticas públicas e na melhoria do padrão de organização, gestão, qualidade e transparência do esporte municipal.

Art. 4º - O Conselho Municipal de Esporte tem a seguinte estrutura:

I – Plenário;

II - Mesa Diretora;

III - Secretaria Executiva.

Art. 5° - Ao Conselho Municipal de Esporte compete:

I - Cooperar com o Conselho Estadual de Desporto e com os órgãos federais e estaduais incumbidos da execução das Políticas de Esporte;

II - Adotar medidas e apoiar iniciativas em favor do incremento da prática do esporte e de atividades físicas e de lazer, objetivando a saúde e o bem-estar do cidadão, observando o cumprimento dos princípios e normas legais;

III - Fornecer, quando solicitados, auxílio e informações ao Poder Público e à comunidade, quanto a programas e projetos que visem a melhoria da pratica de atividades físicas e do esporte no Município;

IV - Opinar, quando consultado, sobre a concessão de auxílios e recursos financeiros às entidades e associações esportivas sediadas no Município;

V - Zelar pela memória do esporte;

VI - Contribuir para a formulação da política de integração entre o esporte, a saúde, a educação, a defesa social e o turismo visando potencializar benefícios sociais gerados pela pratica de atividade física e esportiva;

VII - Acompanhar, a partir de análises orçamentárias, entre outras que se façam necessárias, a gestão de recursos públicos voltados para a prática de atividades físicas e de esporte, bem como avaliar os ganhos sociais obtidos;

VIII - Realizar os esforços necessários ao esclarecimento de dúvidas quanto à correta utilização, por parte das entidades beneficiárias, de recursos públicos voltados para a prática de atividades físicas e de esporte; e

IX - Elaborar e aprovar, em reunião plenária, o Regimento Interno do Conselho;

- **Art.** 6º O Regimento Interno do Conselho Municipal de Esporte disporá sobre a competência do Plenário, da Mesa Diretora e da Secretaria Executiva.
- **Art.** 7º O Conselho Municipal de Esporte compõe-se dos seguintes membros:
- I 03 (três) representantes do Governo Municipal;
- II 03 (três) representantes da Sociedade Civil, que executem atividades ligadas a prática de esportes no Município de Carneirinho.
- § 1º Os órgãos e entidades de que se tratam os incisos I e II indicarão seus representantes à Secretaria Municipal de Esporte, para posterior designação do Prefeito Municipal.
- § 2º As funções do membro do Conselho Municipal de Esporte e de membro de suas comissões são consideradas serviço público relevante, não lhes cabendo qualquer remuneração.
- $\S 3^{o}$ Cada representante listado neste artigo poderá ser substituído a qualquer tempo mediante nova indicação.
- Art. 8º A Mesa Diretoria do Conselho será eleita por meio de votação secreta.
- **Art. 9º -** O mandato dos membros do Conselho Municipal de Esportes é de 02 (dois) anos, permitida a recondução.
- **Parágrafo único** O membro do Conselho que deixar de comparecer, sem justificativa, a três sessões consecutivas ou à metade das sessões plenárias realizadas no período de um ano, perderá o seu mandato.
- Art. 10 O Conselho Municipal de Esporte reunir-se à mensalmente, e, extraordinariamente, por convocação da Mesa Diretora ou da maioria dos conselheiros.
- **Art. 11 -** As deliberações do Conselho serão tomadas pelo voto da maioria dos conselheiros presentes às sessões, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.
- **Parágrafo único -** As sessões do Conselho serão instaladas com a presença mínima de 03 (três) conselheiros.
- **Art. 12 -** Das sessões do Conselho serão lavradas às atas, assinadas pelos presentes e pelo Secretário Executivo.
- **Art. 13 -** O Conselho Municipal de Esportes pode constituir Comissões integradas por, no mínimo, um de seus membros e por profissionais de notório saber ou representantes de órgãos e entidades diretamente relacionadas com o tema.
- Parágrafo único Cabe à Presidência do Conselho estabelecer a composição das comissões, bem como convidar profissionais ou órgãos e entidades a

indicarem seus representantes.

- **Art. 14 -** A Secretaria Executiva será exercida por servidor da Secretaria Municipal responsável pela área de esporte, especialmente designado para tal função.
- **Art. 15** No prazo de noventa dias contados da data da publicação deste Decreto, o Conselho aprovará o seu regimento interno.
- **Art. 16 -** Para a consecução de suas finalidades, o Conselho Municipal de Esporte articular-se-á com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais.

Art. 17- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Carneirinho, 21 de julho de 2025.

Fábio Samartino Presidente da Câmara